

Líderes discordam

por José Coscdo

de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

porque não agrada a maioria, conforme a economista Maria da Conceição Tavares: "A companhia vai explodir, esse pacote vai mandar todo o mundo para o inferno. A desindexação poderia ser a solução, mas eles queriam apenas para os salários, o que seria um pouco demais".

Pode ser entendido como um "primeiro passo à frente para que se dê nova credibilidade à ação governamental, sem a qual não se contém o déficit público e nem se faz a renegociação da dívida externa", argumenta Mário Garnero, presidente do Brasilinvest. Mas apresenta-se "duvidoso" para a sociedade, pondera Cláudio Bardella, vice-presidente da FIESP: "A primeira vista vai aumentar a inflação e pode vir a anular a pretendida redução do déficit do setor público".

Constitui, também, grande fator de preocupação para os governos estaduais, conforme a análise do secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad. "É preciso reduzir o déficit público federal, mas não à custa de um maior aperto nas finanças estaduais", diz ele; "um grande aperto em São Paulo cria tensões sociais insuportáveis e não faz nem cócegas no déficit público nacional observado pelo FMI."

O secretário Sayad procura isentar o governo federal quando pondera que a desindexação não poderia ser aguardada no âmbito de um "pacote" do gênero, mas sim de uma "ampla reforma estrutural e de um novo acordo político" — que ele reclama. A maioria, porém, não concorda. Laerte Setúbal Filho, presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e vice-presidente do grupo Duratex, acha, por exemplo, que ignorar a desindexação foi a "omissão maior" do governo, neste momento.

E justifica: "Veja-se o caso do trigo, que reflete um peso significativo no avanço inflacionário. Vai gerar maior índice de inflação, anulando de um lado o benefício do outro, ao empurrar a desvalorização do cruzeiro na correção cambial atrelada à inflação, neutralizando assim o grosso dos efeitos do 'pacote'. Um tiro pela culatra".

A REAÇÃO DO FMI

Se houvesse expurgo dos efeitos inflacionários, "não haveria necessidade de coisa alguma, porque a inflação terminaria em pouco tempo e a correção monetária cairia por si mesma", preceitua o ex-ministro Octavio Gouvêia de Bulhões, membro do CMN. Ele prevê que o principal avalista do Brasil junto à comunidade financeira internacional, o FMI, tende a avaliar negativamente esse "pacote": "Se for sensato, vai reagir mal" disse.

Agora, a inflação "vai a 200%", estima o economista João Manuel Cardoso de Mello, professor da Unicamp: "Na verdade, esse 'pacote' é uma demonstração de desgoverno, porque vai penalizar o assalariado, o capital produtivo e vai continuar a valorizar o patrimônio dos intermediários financeiros".

"OS JUROS VÃO SUBIR"

Há medidas paradoxais, observa Roberto Teixeira da Costa, presidente da CVM. O efeito será perverso sobre os juros, entende Juarez Soares, presidente do Banco Real. "Os juros vão subir e a inflação vai subir", diz, acrescentando: "Os juros subirão porque haverá um estreitamento de liquidez. Não adianta liberar o crédito, já que o depósito compulsório dos bancos foi aumentado. Há 45% de crédito rural sobre as aplicações e mais 12% para as pequenas e médias empresas. Então, não vamos ter dinheiro para aplicar".

A taxa de 4% sobre os rendimentos obtidos no open market, avalia Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, tende a estimular a fuga dos aplicadores para o mercado de cheques administrativos, o que, em tese, pode dificultar a colocação de títulos do governo no mercado. Assim, o governo teria tomado caminho errado, interpreta o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo.

Olacyr Moraes, presidente do grupo Itamarati, grande plantador de soja, discorda colocando-se como um quase solitário defensor do governo, neste momento: "Está na direção certa", acredita, mas, cauteloso, recomenda que se espere 60 a 90 dias para ver os resultados finais. A questão é que "o País não aguenta mais outra experiência", pondera Mário Amato, vice-presidente da FIESP. A iniciada ontem tende a apresentar efeitos extremamente frustrantes concluem José Papa Júnior e Guilherme Afif Domingos, líderes comerciais paulistas.